

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005457-54.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Ana Claudia Mariano Brito**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

ANA CLÁUDIA MARIANO BRITO ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO** em face de **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA** e **NOVAMOTO VEÍCULO LTDA.**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduziu a autora, em síntese, que celebrou no estabelecimento da empresa NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA contrato de adesão de consórcio para aquisição de uma motocicleta; chegou a pagar 21 parcelas quando foi informada pela primeira ré que, em razão de sua liquidação judicial, houve a determinação da suspensão, por prazo indeterminado, das assembleias, bem como do pagamento dos consorciados ainda não contemplados. Pediu a rescisão do contrato e a devolução do valor pago.

A inicial veio instruída por documentos.

Devidamente citada, a correquerida AGRABEN

1005457-54.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

apresentou defesa sustentando preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que a restituição dos valores pagos deve se dar nos moldes do contrato; que não há que se falar em restituição dos valores pagos a título de taxa de administração, fundo comum do grupo, multa, juros e seguro de vida, vez que sua cobrança é assegurada por lei. No mais, rebateu a inicial, pediu os benefícios da justiça gratuita e a improcedência da ação.

Citada, a correquerida NOVAMOTO contestou alegando preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito pontuou que não é responsável pela administração do grupo de consórcio e que após o encerramento da recuperação os consorciados receberão seus créditos. Finalizou com pedido de improcedência da presente demanda.

Manifestação do MP a fls. 183 mostrando desinteresse na presente demanda.

As partes foram instadas a produzir provas e não mostraram interesse.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição.

Não falta a autora interesse de agir, que é consubstanciado no trinômio necessidade-utilidade-adequação.

Utilidade significa que o processo deve trazer proveito para o autor; adequação, a correspondência entre o meio processual e a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tutela jurisdicional pretendida; necessidade, por sua vez, consiste na demonstração de que a atuação do Estado é imprescindível para a satisfação da pretensão.

Estando a autora a pleitear a restituição dos valores pagos e diante do expressamente consignado nas contestações, é evidente seu interesse na via eleita.

Já a preliminar de ilegitimidade passiva da corrê NOVAMOTO merece acolhida.

É que a relação jurídica, o contrato de consórcio, foi firmada apenas entre a autora e a Agraben (cf. fls. 11 e ss).

Mesmo que a venda tinha sido implementada nas dependências da NOVAMOTO, que esta atuasse em parceria com as outras empresas, é importante ressaltar que tal se dava, apenas no que diz respeito a captação do cliente e compra e venda dos ciclomotores sem qualquer relação com a atividade do consórcio implementado pela AGRABEN.

Quando muito o liame entre a postulada poderia surgir no ato de entrega do ciclomotor ao consorciado agraciado.

Passo a análise do mérito, agora com relação a AGRABEN.

Com base nos enunciados 51, FONAJE e 22, FOJESP, nada impede que a lide siga para que seja constituído título judicial apto a oportuna habilitação de crédito na Liquidação Extrajudicial.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Restou incontroverso nos autos a contratação do consórcio, a quitação de boa parte das parcelas e a não concretização da avença em razão da decretação de liquidação extrajudicial da correquerida AGRABEN.

Assim, a pretensão da autora tem amparo no disposto no artigo 475, do CC que prevê que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato”.

Só isso já basta para proclamar a rescisão contratual e determinar a restituição ao autor dos valores pagos, sem que a administradora possa reter qualquer montante a título de taxa de administração ou outros consectários, já que a resolução da avença decorre de culpa exclusiva sua, enquanto administradora do consórcio.

Ademais, a documentação apresentada nos autos limita-se a apontar a suspensão dos grupos de consórcio, sem informação clara aos consorciados. O direito à informação clara ao consumidor, na situação delineada, foi olvidado. Assim, esta ação judicial apresenta-se como necessária a adequada para que a autora consiga obter seu direito à entrega do bem ou restituição dos valores.

A possibilidade de restituição, pela habilitação, não apresentada de forma clara ao consumidor não há de servir de empecilho, portanto, ao manejo desta ação judicial.

Como decorrência da rescisão da avença, a restituição de valores há de ser integral. Isso porque a extinção da relação jurídica decorre de culpa exclusiva da acionada, não justificando a retenção de qualquer valor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ao contrário daquelas hipóteses em que o grupo de consórcio está em andamento, e a desistência decorre de mera opção do consorciado, no caso dos autos o desfazimento da avença dá-se por culpa da administradora. Frustrada a expectativa do consorciado, os valores devem ser integralmente restituídos.

A pretendida exclusão dos juros de mora também não prospera, já que o artigo 18, alínea “d” da Lei 6.024/74 não impede a incidência de juros, mas a condiciona a sua quitação à existência de ativo suficiente para pagamento do passivo.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O FEITO** em relação à **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA** e o faço fundamentado no art. 485, VI (ilegitimidade passiva).

Por outro lado, **JULGO PROCEDENTE** o pleito inicial em relação à corré **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que deverá **RESTITUIR à AUTORA**, ANA CLÁUDIA MARIANO BRITO, os valores desembolsados, com correção a contar dos respectivos pagamentos e juros de mora à taxa legal a partir da citação, o que deverá ser apurado por simples cálculo na fase oportuna.

Autora e AGRABEN suportarão as custas do processo, rateadas na proporção de 50% para cada um.

A autora fica condenada a pagar os honorários

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

advocatícios ao patrono da correquerida NOVAMOTO, que fixo em R\$ 960,00; a corré AGRABEN deverá pagar honorários advocatícios ao patrono da autor, que fixo, igualmente, em R\$ 960,00. Deverá ser observado o que dispõe o art. 98, parágrafo 3º do CPC, vez que a autora e Agrabem foram agraciadas pela Justiça Gratuita.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 a 525, do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 21 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**